

representa<sup>coop</sup>

relações  
institucionais

# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 39 – ano 2025

22 a 26 de setembro de 2025



## Sumário

- Discussão da fiscalização dos pedágios na ALEP;
- Governador sanciona redução no IPVA;
- Relatório da reforma tributária na CCJ do Senado;
- Proposições apresentadas na ALEP.

# ALEP DISCUTE A FISCALIZAÇÃO DOS PEDÁGIOS

A Assembleia Legislativa do Paraná promoveu, na manhã de terça-feira (23), uma **audiência pública com o objetivo de garantir transparência e adequada execução das concessões rodoviárias no Estado**. O debate, organizado pelo deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), reuniu parlamentares, gestores das concessionárias, representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e de entidades do G7.

O encontro discutiu o andamento das obras nos lotes 1 (Centro do Paraná) e 2 (Litoral e Norte Pioneiro), administrados pela Via Araucária e pela EPR Litoral Pioneiro, respectivamente, que completaram 18 meses de concessão. **Também entraram em pauta as concessões mais recentes dos lotes 3 (Norte e Campos Gerais) e 6 (Oeste e Sudoeste)**, além dos trechos 4 e 5 – nas **regiões Oeste e Noroeste** – que irão a leilão em breve. Parlamentares reforçaram a importância da fiscalização para evitar a repetição dos problemas ocorridos no passado, entre 1996 e 2021, quando obras foram paralisadas e houve falta de transparência na gestão dos contratos.

Uma das iniciativas destacadas foi o **Observatório dos Pedágios**, lançado pela Fiep em junho. A **plataforma online permite que qualquer cidadão acompanhe os contratos e fiscalize o andamento das obras previstas em todos os lotes**, com informações detalhadas sobre cronogramas, tipos de intervenções e trechos contemplados. A ferramenta utiliza inteligência artificial para organizar dados dos contratos, que somam cerca de 2.500 páginas, e facilitar o acesso da sociedade às informações.

A ANTT **apresentou as ações de fiscalização em andamento e anunciou a contratação de um verificador independente, custeado pelas concessionárias**, para reforçar o monitoramento das obras. Apesar dos avanços, foram levantadas críticas quanto à revisão contratual de agosto, que permitiu às concessionárias dos lotes 1 e 2 postergar medidas de compartilhamento de lucros, além da distribuição antecipada de dividendos por parte de algumas empresas. Também houve questionamentos sobre o valor das tarifas previstas, que podem superar em até 20% as dos contratos anteriores em determinados trechos.



# DEMANDAS EM RELAÇÃO AOS PEDÁGIOS

Durante a audiência, parlamentares e entidades apresentaram **demandas regionais, como a priorização das obras na Serra da Esperança (BR-277), em Guarapuava, devido a constantes interdições**, e melhorias na praça de pedágio de São Luiz do Purunã, marcada por longas filas. Também foram levantadas preocupações sobre a cobrança de tarifas no lote 3 antes da execução de todas as obras previstas em contrato.

Representando o Sistema OCEPAR, o **superintendente da Fecoopar, Nelson Costa, participou da audiência pública**. Em sua manifestação, parabenizou a Fiep pela criação do Observatório dos Pedágios, iniciativa que amplia a transparência e o acompanhamento das obras previstas nos contratos. Nelson, também ressaltou a importância da presença da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no diálogo com as comunidades lindeiras, fortalecendo a relação entre usuários e concessionárias. Além disso, destacou a **relevância de garantir acessos adequados às comunidades e propriedades rurais ao longo das rodovias pedagiadas, tema essencial para a mobilidade e o desenvolvimento regional**.

Estiveram presentes diversos representantes do poder público, de entidades e das concessionárias. Participaram o deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD), organizador do debate, o ex-deputado estadual Homero Marchese, além dos deputados estaduais Tercilio Turini (MDB), Cristina Silvestri (PP), Evandro Araújo (PSD) e Jairo Tamura (PL).

Representando entidades e demais órgãos públicos, estiveram João Arthur Mohr, superintendente da Fiep, Sidarta Rutes, gerente do Observatório Sistema Fiep, Marisa Tiefensee, chefe do Escritório Regional de Fiscalização da Infraestrutura Rodoviária de Curitiba da ANTT, Fernando Cesar de Oliveira, superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no Paraná. Também participaram Paulo César Naujac, vice-presidente da Fecomércio e presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais do Paraná, Luiz Dantas Bruel, diretor do Movimento Pró-Paraná, e Nelson Luiz Gomez, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná. Pelas concessionárias, marcaram presença Pedro Veloso, diretor da Via Araucária, e Marcos Moreira, diretor-presidente da EPR Litoral Pioneiro S.A. e da EPR Iguaçu.

[Acesso a audiência completa.](#)



# GOVERNO DO PARANÁ SANCIONA ALÍQUOTA REDUZIDA DO IPVA



Foi sancionada a Lei nº 22.645/2025 estabelece que o Paraná passa a ter a menor alíquota de IPVA do Brasil, reduzindo o imposto de 3,5% para 1,9% sobre o valor venal de automóveis, motocicletas e caminhonetes. A medida beneficia cerca de 3,4 milhões de veículos, representando uma economia de 45% no valor do imposto para os proprietários.

A redução aplica-se à maior parte da frota tributada, contemplando automóveis, motocicletas acima de 170 cilindradas, caminhonetes, camionetas, ciclomotores, utilitários e outros veículos leves, enquanto veículos especiais, como ônibus e caminhões de carga, permanecem com alíquotas específicas. O cálculo do imposto continuará a ser feito com base no valor venal determinado pela Fipe, e os cidadãos poderão consultar os valores para 2026 por meio de simulação online.

A medida tem impacto direto na economia estadual, liberando recursos para consumo, pagamento de IPTU e outras despesas das famílias, além de incentivar a repatriação de veículos e o aumento da frota registrada no Paraná. Antes mesmo da sanção, o anúncio da nova alíquota resultou em crescimento de 11% nos registros de emplacamentos, refletindo efeitos imediatos no mercado.

A iniciativa também é considerada positiva para o setor automotivo e para o empreendedorismo e estimula a permanência de veículos e motocicletas no Estado e garantindo maior movimentação econômica, sem comprometer a arrecadação estadual graças ao aumento da base de veículos tributados.

# DISCUSSÃO PL DO IMPOSTO DE RENDA NO SENADO



Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou, na última terça-feira (24/9), o **parecer ao PL 1.952/2019, que altera a legislação do Imposto de Renda (IR)**. A aprovação na comissão é um passo importante na tramitação da proposta, e caso não haja apresentação de recursos, o projeto seguirá para análise da Câmara dos Deputados, onde será discutido e votado pelos deputados federais. A iniciativa reforça o papel do Senado na análise e aperfeiçoamento de matérias tributárias de relevância nacional.

O projeto, de autoria do senador Eduardo Braga (AM), surge como uma alternativa à proposta do Executivo, que prevê a isenção do IR para rendimentos de até R\$ 5 mil (PL 1.087/2025), atualmente ainda em tramitação na Câmara dos Deputados. A ideia é criar um modelo complementar de tributação que equilibre os efeitos da isenção com a necessidade de manutenção da arrecadação federal, buscando atender a princípios de justiça fiscal e sustentabilidade das contas públicas.

Um dos pontos centrais da proposta aprovada é a criação do **Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo (IRPFM)**, direcionado a contribuintes com rendas anuais superiores a R\$ 600 mil. A alíquota do IRPFM será progressiva, variando de 0% até 10%, alcançando o teto para rendimentos acima de R\$ 1,2 milhão. Essa medida tem como objetivo tributar rendas elevadas de forma mais equilibrada, reduzindo distorções e ampliando a progressividade do sistema tributário.

A aprovação do PL 1.952/2019 representa um movimento do Legislativo para ajustar a carga tributária sobre rendas mais altas, ao mesmo tempo em que mantém espaço para políticas de **incentivo ou isenção para faixas de menor rendimento**. A proposta busca criar um instrumento alternativo à isenção do IR prevista pelo Executivo, enquanto mantém a segurança jurídica e a transparência na tributação de contribuintes de alta renda.

# DESTAQUE DE PROPOSIÇÃO APRESENTADAS NA ALEP

## Detalhes das proposições:

Ato Proposição	Autor	Assunto	Ementa	Status e texto completo
<a href="#"><u>PL 786/2025</u></a>	Luiz Fernando Guerra (UB)	Obras Públicas	Institui a Política Estadual de Transparência em Obras Públicas (TOP).	<a href="#">Encaminhado a CCJ</a>
<a href="#"><u>PL 797/2025</u></a>	Luiz Fernando Guerra (UB)	Compras públicas de Leite	Altera a Lei nº 16.385, de 25 de janeiro de 2010, que instituiu o Programa Leite das Crianças no Estado do Paraná, ampliando o limite etário das crianças beneficiadas.	<a href="#">Encaminhado a CCJ</a>
<a href="#"><u>PL 805/2025</u></a>	Dr. Antenor (PT)	Profissionais de saúde	Institui Campanha permanente de Combate à Violência contra os Profissionais da Saúde, e dá outras providências	<a href="#">Encaminhado a CCJ</a>

Opine sobre as proposições através do forms: <https://forms.cloud.microsoft/r/zduJF2AEeS>.

Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link  
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua  
sugestão e/ou opinião.

